

Portugal e o Futuro da Europa

José Eduardo Martins

Assembleia da República

O melhor balanço que pode ser feito dos 50 anos do projecto europeu é, sem dúvida, a manutenção do mais longo período de paz e de prosperidade de que há memória no espaço geográfico da União.

Este efeito resultou, basicamente, do facto de a fundação e o desenvolvimento deste projecto terem mergulhado as suas raízes mais profundas na consagração da liberdade e da dignidade dos cidadãos como eixos estruturantes de todas as actuações produzidas no seu seio. E, a isso não será certamente alheia a matriz axiológica judaico-cristã que sempre presidiu às orientações éticas e morais do projecto europeu.

A conjugação destes factores conduziu à construção de um modelo social europeu que é hoje, sem dúvida, admirado e relevado por tantos outros Estados e Nações à volta do Mundo. É por essa razão também, de resto, que os países vizinhos da União insistem em aspirar a uma adesão ao projecto.

A especificidade da participação portuguesa na União Europeia pode ser analisada sobretudo à luz da nossa contribuição para a consolidação da democracia, para o desenvolvimento socio-económico, bem como da projecção do nosso papel ao nível mundial. E aqui não poderão deixar de caber duas referências muito especiais:

Uma primeira, para a Estratégia de Lisboa, através da qual se almeja a transformação da Europa na economia mais competitiva do Planeta. A amplitude do sucesso desta Estratégia varia, contudo, na razão directa da sua apreensão e aprofundamento por parte das instituições da União, em especial por parte da Comissão Europeia à qual, uma vez mais, a par da sua eterna tarefa de “Guardiã dos Tratados”, caberá o papel fundamental de consolidar o mercado único, com vista a ultrapassar os desafios que hoje em dia nos são lançados pela Globalização;

E uma outra que, embora de cariz mais fáctico, representa – sem dúvida, para além de um enorme privilégio – o reconhecimento explícito da credibilidade nacional para a gestão do nosso futuro colectivo à escala global: Falo, claro está, da presidência da Comissão pelo Sr. Dr. Durão Barroso.

E é sob esta presidência portuguesa que a Europa se abalança hoje para enfrentar alguns desafios inadiáveis e de grande amplitude como sejam:

A forte pressão da Globalização sobre o modelo social europeu – em que a Europa terá de actuar com base nos seus valores consolidados ao longo do processo de integração europeia. Isso implicará, inevitavelmente, a adopção de uma agenda interna mais ambiciosa que permita uma modernização da União e uma acção externa mais visível. Será preciso, para tanto, encontrar uma nova dinâmica que permita não apenas o relançamento como também a reorientação de algumas políticas europeias;

A evolução demográfica – que, de igual modo, coloca grande pressão no mesmo modelo social europeu. Não esqueçamos que a população europeia se apresenta cada vez mais envelhecida, o que exige a adopção de um novo estatuto para a Europa Social, tal como hoje a conhecemos ainda. Esta nova atitude terá de passar, inequivocamente, por uma aposta clara no desenvolvimento da educação, da investigação e da inovação, com um empenho partilhado entre os sectores público e privado;

A crise da identidade europeia – face ao aparecimento de novos “gigantes” na cena mundial e às ameaças globais, como o terrorismo ou as alterações climáticas. Laurent Fabius, na Conferência sobre “Os Desafios da Europa”, que teve lugar na Assembleia da

República em 30 de Maio de 2007, acentuava as dificuldades acrescidas para a Europa em dominar aquele tipo de fenómenos, o que, em última análise, torna essencial para a União um reforço do seu papel externo;

A questão energética – fundamental para o futuro da Europa e no âmbito da qual se impõe uma concertação de estratégias entre todos os países da União para se conseguir falar a uma só voz e reforçar a posição europeia. Não esqueçamos que, por um lado, a União pretende assumir um papel de liderança nesta área, com a aposta nas energias renováveis e com a aplicação de regras para a diminuição das emissões de CO₂ e, por outro, terá de garantir, o mais possível, a segurança dos aprovisionamentos energéticos.

Neste aspecto em especial a Europa terá de assumir uma articulação harmoniosa entre um modelo de desenvolvimento sustentável e um incremento da investigação e da inovação tecnológica que lhe permita alcançar um papel de liderança, na cena global, em termos de produtividade e competitividade, único cenário possível para sustentar uma manutenção de uma Europa Social de Valores, tal como atrás referido.

Assumem aqui especial relevância, para além dos compromissos internacionais assumidos pela União no âmbito do combate às alterações climáticas, no quadro das Nações Unidas, os ditames de sustentabilidade constantes do VI Programa de Acção em Matéria de Ambiente 2001/2010 e os ambiciosos objectivos firmados no último Conselho Europeu da Primavera de 8 e 9 de Março, designadamente ao nível:

Da redução em 20% das emissões de gases com efeito de estufa (GEEs) até 2020, ou em 30% no caso de outros países desenvolvidos acompanharem a União neste desiderato;

Da redução entre 60% a 80% das emissões de GEEs de 1990 até 2050;

Do alargamento do Comércio Europeu das Licenças de Emissão (de GEEs) às utilizações dos solos, à silvicultura e aos transportes de superfície;

Da adopção de um Plano Acção Energético para 2007/2009, com:

Metas quantificadas para as energias renováveis e os biocombustíveis;

Um apelo a um Plano Estratégico Europeu para Tecnologias da Energia, incluindo a captação e a fixação de carbono (CO₂).

Neste quadro político-institucional será, também, indispensável proceder à aprovação de um novo Tratado para União no qual sejam contemplados, entre outros aspectos, os seguintes:

Uma nova arquitectura institucional, embora baseada no actual modelo de equilíbrio institucional e interinstitucional. Assinala-se, a este propósito, que a Declaração de Berlim (da presidência alemã) ficou omissa neste ponto;

A adopção de força jurídica vinculativa para a Carta dos Direitos Fundamentais;

As competências acrescidas da União em matéria de política externa, de segurança e de defesa comum;

A preparação da União para acolher futuros parceiros no seu seio.